

CONSTRUINDO GÊNERO: A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE
FEMINISTA ATRAVÉS DO DISCURSO DO PERIÓDICO RIO-GRANDINO ‘O
TEMPO’*

BUILDING GENRE: THE FEMINIST IDENTITY REPRESENTATION
THROUGH THE DISCOURSE OF THE JOURNAL ‘O TEMPO’* FROM THE
CITY OF RIO GRANDE

Ana Luiza Timm Soares*

Resumo:

O trabalho tem como objetivo a análise da problemática feminista na década de 1920 no contexto brasileiro e gaúcho, enfatizando o discurso proferido em artigos do periódico “**O Tempo**”, da cidade de Rio Grande – RS, veiculado nos anos de 1906 a 1960, fundado por Alípio Cadaval - e investigar as construções históricas no que concerne a emergência e irrefutabilidade do movimento feminista no Brasil ou ainda a conformidade do contingente feminino em relação ao *status quo* vigente no período, cuja permanência negaria a existência do *segundo sexo* em distintos campos de poder e influência na sociedade da *urbe* brasileira no período denominado de “anos loucos”.

Palavras-chave: Movimento feminista; Imprensa gaúcha; Rio Grande – RS; Jornal O Tempo

Abstract:

The objective of this study is to analyze the feminist issues in the 1920s in the Brazilian and Gaucho context (context of Brazil and Rio Grande do Sul), emphasizing the speech of the articles of the newspaper ‘O Tempo’, from the city of Rio Grande – RS, published in the years of 1906

* Trabalho orientado pela Dr^a Ivana Maria Nicola Lopes.

* Acadêmica da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

to 1960; and founded by Alípio Cadaval. It also aims to investigate the historical building concerning emergency and cogency of the feminist movement in Brazil; the compliance of the feminine contingent regarding the *status quo* of the period, whose permanence would deny the existence of the *second sex* in several fields of power and influence of Brazilian urban society, in the period called ‘roaring twenties’.

Keywords: Feminist movement; Gaucho press, Rio Grande – RS; ‘O Tempo’ newspaper

“Falar de feminismo significa tocar em um dos tabus mais evitados, principalmente por mulheres, que temem ser consideradas “feias, mal amadas, lesbianas, inadequadas”. (SWAIN, 2004: p.01).

Ao realizar a leitura de “Os estabelecidos e os outsiders” de Norbert Elias¹, perguntei-me sobre as relações de poder em distintos campos sociais, transpondo a análise para o enfoque de meus estudos: a dicotomia entre os gêneros masculino e feminino². A subordinação da mulher ao jugo e dominação masculinos ao longo da história ocidental, sempre se constituiu no principal tema de minhas incipientes pesquisas. No entanto, novas abordagens surgiram no processo produtivo, privilegiando o papel daquelas mulheres que lutaram pela igualdade entre os sexos, negando sua condição de submissão histórica. Nesse sentido, ao me deparar com os artigos coletados do jornal ‘O Tempo’ da década de 1920, - periódico rio-grandino veiculado nos anos de 1906 a 1960, fundado por Alípio Cadaval - cujos temas freqüentemente delineavam a questão do movimento feminista no Brasil; surgiram as seguintes questões: Como se constituiu e organizou-se o movimento feminista na *terra brasilis*? Quais seriam suas reivindicações mais urgentes? Quais foram as representações que o jornal analisado criou e/ou divulgou acerca da figura feminina que lutava por seus ideais?

¹ Nesta obra, o sociólogo estuda as relações de poder existentes em uma pequena cidade operária inglesa, onde indivíduos pertencentes a um mesmo estrato social não se reconheciam como um grupo homogêneo, diferenciando-se apenas pelo tempo em que residiam no local. Os estabelecidos percebiam-se como seres superiores se comparados aos habitantes recém-chegados, excluindo-os do convívio social.

² “Gênero é a organização social da diferença sexual. Não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais (os quais) variam de acordo com as culturas, grupos sociais e no tempo. (SCOTT, 1994, p. 11)”.

Partindo destas questões, o presente estudo tem como objetivo a análise da problemática feminista na década de 1920 no contexto brasileiro, enfatizando o discurso proferido em artigos do periódico ‘O Tempo’; e investigando as construções históricas no que concerne a emergência e irrefutabilidade do movimento feminista no Brasil ou ainda a conformidade do contingente feminino em relação ao *status quo* vigente no período, cuja permanência negaria a existência do *segundo sexo*³ em distintos campos de poder e influência na sociedade da *urbe* brasileira no período denominado de ‘anos loucos’⁴.

Em um presente ainda de confrontações, onde alguns campos são “mais históricos” que outros, concordo com Tânia Navarro Swain, para a qual a História é constitutiva de uma força imaginativa que nos permite adentrar regiões desconhecidas apesar dos moldes das representações sociais em que somos construídas, ensinadas, preparadas para repetir e re-instituir uma realidade solidificada em cânones interpretativos. O fazer história é mais do que nunca uma atividade política, recusando a repetição do mesmo, aquele murmúrio infindável da criação incessante de um mundo pensado de forma binária, conjugado no masculino, construtoras de hierarquias, diferenças e desigualdades⁵.

Efetivamente, sabemos que as distinções não residem apenas na oposição entre homens *versus* mulheres, visto que o gênero feminino não se constitui em um aglomerado homogêneo cujas idéias e necessidades se fazem afins, e sim em uma multiplicidade de grupos, divergentes em suas identidades (sejam elas sexuais, culturais, étnicas) e, principalmente, nas suas condições sócio-econômicas. Através das leituras realizadas, percebemos que na chamada ‘primeira onda do feminismo’ (a qual abrange o período estudado) as manifestações pela igualdade entre os sexos foram calcadas na questão do sufrágio, sendo este um de seus objetivos mais imediatos; aliado às reivindicações acerca da organização da família, oportunidades de estudo ou acesso à

³ Alusão ao livro de Simone de Beauvoir, publicado originalmente em 1949, com o título “Le deuxième sexe.”

⁴ “Chamado também de ‘anos loucos’, a década de 1920 traduziu-se por sentimentos de insegurança, medo e também esperança, todos exacerbados a partir da Primeira Guerra Mundial. Após esta experiência, era impossível retomar os hábitos antigos, visto a ocorrência de inúmeras mudanças – sejam elas no âmbito econômico, social ou psicológico. (BAUER, 2001, p. 85)”.

⁵ (SWAIN, 2004: p. 2 e 3).

determinadas profissões; estavam ligados ao interesse das mulheres brancas e de camadas abastadas dos grandes centros urbanos brasileiros.

Nesse sentido, sou partidária da idéia das autoras Joan Scott e Louise Tilly⁶, as quais criticam as posturas evolucionistas, que assumem a existência de uma única experiência para todas as mulheres; bem como as concepções mecanicistas, onde as mudanças em uma determinada esfera corresponderiam, necessariamente, à mudanças nas demais. Desta forma, a delimitação temática imbuída nestas linhas privilegia a análise da sociedade urbanizada brasileira, imbricada a um grupo específico de mulheres, em detrimento das camadas menos abastadas residentes na *urbe* e ainda daquelas que habitam os vastos territórios campestres existentes no país.

No entanto, a abordagem proposta neste estudo não pretende enfatizar apenas o papel de personagens ilustres no que toca ao processo feminista no Brasil, e sim, analisar de que forma este se constituiu e como se deu sua difusão e/ou representação pelos articulistas do jornal ‘O Tempo’. Objetivando trabalhar com tal fonte primária, amparo meus estudos na obra de Roger Chartier, que ao realizar sua tese sobre a história dos livros e “de todos os objetos que contém a comunicação por escrito” relata a produção de usos e significações diferenciadas – apropriações - no cruzamento de uma história das práticas, social e historicamente distintas, e de uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos⁷. Esta constatação insere-se em meu trabalho na medida em que a representação – discurso publicado pelo jornal – pode mascarar ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente⁸ (neste caso, a figura feminina imbricada ao movimento social analisado).

Nesse sentido; a supressão da assinatura dos autores nos artigos coletados, e o fato da não existência ‘explícita’⁹ de uma seção editorial tornava árdua a minha tarefa. No entanto, no ano de 1923, instaurou-se um decreto, o qual constituiu-se no emprego de mecanismos legais que

⁶ (SCOTT, J. & TILLY, L. A. *Mulheres, trabalho e família na Europa do século XIX*. Apud SOIHET, R. *História das mulheres*. 1997, p. 285).

⁷ “A apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (assim) nem as idéias nem as inteligências são desencarnadas, devendo ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1989, p. 03)”.

⁸ (IDEM, p. 09).

⁹ Abordei o termo ‘explícita’ entre aspas, pois não havia uma nomenclatura específica para esta seção, ou seja, todos os artigos que não contavam com a assinatura de seus autores seriam editoriais?

cerceassem a liberdade de imprensa. Entre outras determinações, tal legislação proibia o anonimato, sendo o jornal:

Obrigado a estampar no seu cabeçalho os nomes do diretor ou redator principal e do gerente, que deveriam estar no gozo de seus direitos civis e ter residência no lugar onde era feita a publicação; bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico. No caso dos artigos publicados em seções ineditoriais, deveriam conter a assinatura dos respectivos autores, assim como indicação de sua residência e profissão. (ALVES, 1997, p. 55).

Tendo em vista que a maior parcela dos artigos coletados foram publicados após 1923 e cuja identificação não se faz explicitada, concluo que os mesmos estavam inseridos nas seções editoriais, pois todos encontravam-se na primeira página do periódico 'O Tempo'. A publicação de tais idéias contava com o respaldo da diretoria do referido jornal, sendo que sua difusão implicaria na formação de opinião acerca dos assuntos discutidos nas páginas deste meio de comunicação.

No que concerne à luta feminina, embora constituído por uma pequena parte de emancipacionistas, o movimento feminista brasileiro parece ter causado certas inquietações no interior da sociedade urbana do país, fato difundido nas bibliografias utilizadas e discutido na cidade do Rio Grande pelo periódico 'O Tempo'.

O voto feminino:

(...) 'Será o voto feminino uma aspiração de nossas patricias?'

A resposta não pode ser dada senão pela negativa. Em verdade – exceptuados os entusiasmos emancipadores da senhora Bertha Lutz e de mais umas poucas damas que fazem o 'front' da prematura cruzada 'for women' – não se sabe de actos, nem sequer de palavras, com que as senhoras brasileiras tenham manifestado o desejo, ou reclamado o direito, de intervir na vida política da republica.(...).

E tem razão as damas brasileiras: nem tão limpa coisa é a política para que a gente asseada lhe vá bater ás portas.(...).

A concessão do voto ás mulheres seria uma optima conquista, se a intervenção das nossas patricias na actividade eleitoral do paiz lograsse sanear as nossas praticas politicas, expungi-las dos feios vícios que as corrompem, ajustal-as aos princípios cardeaes do regimen, emergi-las da inferioridade estercoraria em que ellas jazem, purifical-as, dignifical-as. Isto, porém, não se daria, e não se daria porque fallece a todos nós, homens e mulheres, a necessária madureza espiritual para realizarmos dignamente o ideal democrático.

Bem andam, portanto, as nossas criteriosas patricias desinteressando-se, por emquanto, do problema em espécie. Tempo virá em que a emancipação intellectual lhes conquiste, socegradamente, sem hulha nem matizada, a emancipação política. Mas esta é que não pode preceder aquela: seria inverter a ordem natural das cousas... (O TEMPO, 05/07/1921 p. 01).

Nesse âmbito, além de divulgar a falta de interesse das mulheres em participar da vida pública brasileira, o jornal opina desfavoravelmente ao direito feminino de sufrágio, anunciando o caráter ‘sujo’ da política, em oposição à pureza do gênero em questão. Além disso, este meio de comunicação declara ainda a incapacidade intelectual da mulher em relação ao homem, embora denuncie a falta de maturidade para realizar o ‘ideal democrático’ também entre o sexo masculino.

Rachel Soihet¹⁰ relata que, em princípios do século XX, distintos meios de comunicação utilizavam-se sutilmente do deboche e da zombaria como forma de constranger mulheres que lutaram por direitos, buscando frear quaisquer alterações nas relações de gênero, aprisionando-as em papéis que lhes impossibilitassem o exercício de plena cidadania. Assim, o comportamento feminino reivindicador de uma participação efetiva na sociedade é visto como uma ameaça à ordem estabelecida, sob o signo dos interesses masculinos, na qual se teme a perda de seu predomínio nas relações de poder entre os gêneros. Inclusive, tais pressupostos adquiriam naquele momento legitimidade nos saberes hegemônicos da época. A filosofia afirmava nas mulheres a inferioridade da razão como um fato incontestável, cabendo-lhes, apenas, cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos¹¹.

É preciso notar que a invisibilidade produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizam a esfera do privado, o mundo doméstico, como “verdadeiro” universo feminino, já vinha sendo gradativamente rompida por algumas mulheres, principalmente no tocante às camadas menos abastadas da sociedade: trabalhadoras dos meios urbano e rural exerciam atividades fora do lar nas fábricas, oficinas e lavouras; mas cujos anseios ainda não estavam intrinsecamente ligados à emergência do feminino em amplos e divergentes campos de exercício do poder na nascente nação brasileira¹².

¹⁰ (SOIHET, 2003, p. 01).

¹¹ (IDEM, p. 02).

¹² Efetivamente, não me encontro na posição reacionária de afirmação da inexistência de sentimentos críveis de mudança no interior das camadas populares brasileiras, e sim, de que estas não se ligavam substancialmente; ao

Em outro sentido, beneficiadas com os avanços da educação feminina em fins do século XIX, os grupos de mulheres economicamente privilegiados que residiam na *urbe* desafiavam os papéis tradicionais do gênero, almejando conquistar uma parcela de autoridade e participação na política nacional. As ações do movimento feminista, bem como suas reações, mereceram amplo destaque no debate – partindo do pressuposto de que um debate necessita de ideologias divergentes à sua efetivação, esta definição conta com um tom de ironia - promovido por ‘O Tempo’. Segundo o periódico, o feminismo não haveria razão de ocorrer no Brasil, visto o privilégio que teriam as mulheres daqui em relação aos demais países onde também se manifestaram focos de inquietude feminina contra o *status quo*.

O feminismo:

Somos daquelles que não acreditamos no movimento feminista em nosso paiz, em que péze as suas mais brilhantes defensoras.(...)

Porque afinal o feminismo no Brasil?

Numa terra onde a mulher desfruta o maior bem-estar; num paiz, onde o homem mantem o culto do bello sexo com verdadeiras subserviências, as idéas de equiparação dos direitos femininos aos masculinos tem qualquer coisa de extemporâneo.

A idéa pôde ser procedente em se tratando de paizes outros.

Nos EUA, por exemplo. Ali haverá talvez necessidade de se dar á mulher mistéres outros que não exatamente os do lar. Povo essencialmente pratico, a mulher ocupa na esphera das actividades um logar em nada inferior ao do homem.

Não assim em nossa patria. Ninguém vê a mulher como um factor de progresso material, a não ser o da reproducção.(...).

Nenhum homem, no Brasil, julga de bom tom, ao lado de uma senhora ou senhorinha, fazer incidir a palestra sobre assumptos que não sejam o cinema, os vestidos, os bailes, quando muito as partidas de bolapé. Um homem que ignore taes assumptos, mas conheça a politica, litteratura ou finanças, sente-se impossibilitado de trocar idéas com as mulheres.

O feminismo não se comprehende, não tem razão de ser entre nossas gentes. (O TEMPO, 05/10/1921, p. 01).

Os articulistas do diário ‘O Tempo’ questionavam, como já mencionado, o porquê da existência de um movimento liderado por mulheres no país, visto que o contingente feminino não era percebido como “um fator de progresso material, a não ser o da reprodução”. Ora, partindo desta afirmação não fica evidente a emergência do feminismo no Brasil? Posto que já no século XVIII o marquês de Condorcet perguntava as razões para a exclusão das mulheres da cidadania quando estas tinham as mesmas capacidades morais e racionais dos homens¹³, parece-me que

menos neste momento; às relações de gênero, sendo suas reivindicações mais urgentes imbricadas à questões econômicas.

¹³ (CONDORCET, 1976, p. 98. Apud SCOTT, 2005, p. 16)

apesar da argumentação de alguns pensadores favoráveis à causa da mulher, a condição feminina mudaria apenas através de um processo de longuíssima duração.

Assim, o referido jornal ao se apropriar da representação da mulher em seu papel ‘natural’, cuja esfera se faz no campo privado, constrói ‘verdades’ que dão sentido ao mundo em que estão inseridos¹⁴. Mas quem seria os autores destas linhas? Tratar-se-ia de visões isoladas impressas sem qualquer interesse por parte do jornal¹⁵, ou uma posição assumida pelo mesmo? Visto que “não faltaram publicações que procuraram romper com o exclusivismo político-partidário, mas a época não concebia a idéia de uma publicidade não-engajada (...) ao menos até os anos 30. (RÜDIGER, 1998, p.57)”; percebi, a partir destes artigos, que o meio de comunicação analisado fazia-se determinado em difundir suas opiniões à sociedade, bem como os demais diários que circulavam no período.

A imprensa escrita, desde sua popularização como veículo de comunicação, tem exercido um significativo papel ao longo das transformações de diversas sociedades contemporâneas. Presentes em diversos movimentos revolucionários, os jornais contribuíram como propagadores de ideais inovadores, assim como, estiveram também ao lado de forças conservadoras, em busca da manutenção de determinado status quo. A importância da imprensa tem sido tão evidente que ela chegou a ser denominada de “quarto poder”, ao marcar sua presença, fiscalizando, criticando, elogiando, atacando, apoiando, censurando, agindo, enfim, como elemento determinante da formação histórica das mais diferentes comunidades. (ALVES, 1997: p. 15).

Embora a documentação por mim utilizada não aponte efetivamente para uma ampla penetração deste ideal na coletividade social, a apropriação da representação da figura feminina como subordinada ao jugo masculino pelo periódico ‘O Tempo’ foi utilizada pelo mesmo com o intuito de normatizar a conduta, o comportamento e os hábitos da mulher rio-grandina. Partindo da tese de Chartier, onde este afirma que não existe ‘a verdade’ histórica, ou seja, tratam-se de representações acerca de um mesmo objeto, o jornal estudado trava uma luta pela criação de *identidades femininas* (grifo meu), almejando a perpetuação de sua ideologia – que ocorreria com

¹⁴ “(Não há) prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles. (CHARTIER, 1989, p. 03)”.

¹⁵ “O Tempo (1906-1960), diário fundado por Alípio Cadaval em Rio Grande, surgiu como proposta inicialmente noticiosa, que sobreviviam ao desafio da receptividade pública. Mantendo seção noticiosa bem cuidada, terminou ligando-se à dissidência republicana e, por extensão, com a oposição ao borgismo, até a década de 30. (RÜDIGER, 1998, p.57)”.

a difusão desta no seio da sociedade – da permanência de determinados comportamentos em detrimento da revolução do gênero feminino.

A comunicação, neste caso o jornal em questão, expõe assim sua própria constituição categorial ao se expressar, e as matizes de inteligibilidade do discurso social¹⁶ podem ser apreendidas através de sua análise. Tal afirmação não contrapõe à tese de Chartier, na medida em que os textos produzidos pelo periódico estudado se constituem em uma forma de representação¹⁷. Nesse sentido, Tânia Swain afirma que as novelas, os romances, as revistas em quadrinhos, os *jornais*, entre outros meios, em seu espaço de recepção e interação veiculam *representações*¹⁸ sobre mulheres, homens, a sociedade. Imagens e textos compõem assim um mosaico que integra a maneira de perceber o mundo e o desenho de sua positividade¹⁹. Ao se apropriar de expressões que esclarecem sobre a ‘verdadeira’ natureza da mulher, ‘O Tempo’ repõe, nos espaços interdiscursivos, estereótipos sobre o feminino que delimitam seu lugar na sociedade, suas possibilidades e as práticas às quais ela deve se restringir²⁰.

Neste âmbito, a mulher não deve abdicar de seu papel mais sublime: o de mãe dedicada, enclausurada na esfera privada do lar. Desta forma, reitero que o discurso da normatividade masculina produzida pelo periódico analisado relegava ao feminino o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; e ao homem a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal²¹. Assim, a produção discursiva do jornal, almejava conduzir o processo de subjetivação do feminino, estabelecendo lugares de fala e

¹⁶ Entendo como discurso social “...tudo o que é dito ou escrito em uma determinada sociedade”. (ANGENOT, M. *Un état do discours social*. Apud SWAIN, Tânia Navarro. *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*. In: *História: Questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR, v. 18, n° 34, jan/jun. 2001).

¹⁷ Chartier aproxima-se da análise de Baczkko, o qual descreve que “a vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem. Assim se define um código coletivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes sociais. (...) As relações sociais nunca se reduzem pelos seus componentes físicos e materiais. (BACZKO, 1984: p. 307).”

¹⁸ (Grifos meus).

¹⁹ (SWAIN, 2001, p. 14).

²⁰ (IDEM, p. 16)

²¹ (SWAIN, 2001, p. 17).

atuação, delimitando funções, induzindo comportamentos, instituindo representações sociais e, sobretudo, restringindo o humano à condição binária, hierárquica e reprodutora²².

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões. (BACZKO, 1984: p. 300).

Ao invalidar a atividade do movimento feminista, o jornal almejava a perpetuação do poderio masculino na sociedade. Neste contexto, vários discursos - religiosos, médicos, filosóficos, pedagógicos, literários - foram acionados colocando em circulação representações de gênero e sexualidade, geralmente baseadas em concepções de uma natureza biológica específica, reforçando, em alguma medida, a desigualdade entre mulheres e homens²³. Desta forma, os discursos e práticas constituidores dos sujeitos e as disputas por representação que são empreendidas pelos vários grupos culturais, demonstram o caráter construído e incompleto, a provisoriade e a instabilidade de todas identidades sexuais e de gênero²⁴.

Assim, no decorrer deste trabalho, o qual ainda encontra-se em processo produtivo, procuro desmistificar estereótipos enraizados nas mentalidades, através da análise de discurso do jornal “O Tempo”, propondo a desconstrução destas identidades por meio de práticas educativas; e almejando a difusão da igualdade nas relações de gênero, posto que na contemporaneidade o contingente feminino permanece submisso ao jugo masculino em distintos campos de poder e influência na sociedade brasileira.

A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração. (SCOTT, 2005, p.15).

²² “A heterossexualidade compulsória, termo cunhado por Adrienne Rich (1981) constitui fundamento do sistema patriarcal, e esta categoria expressa muito além da sexualidade. (...) Neste sistema, as mulheres são definidas por seus corpos, em duas vertentes: o da procriação e a da sedução, ambas ligadas intrinsecamente ao masculino. (SWAIN, 2007: p. 09).”

²³ (FELIPE, 2003: p. 01).

²⁴ (LOURO, 2004: p. 01).

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. & TORRES, Luiz Henrique. *Imprensa e História*. Porto Alegre, Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: 1997.

BAUER, Carlos. *Breve História da mulher no mundo ocidental*. São Paulo, Edições Pulsar: 2001.

BACZKO. *Imaginação Social*. In. *Enciclopédia Einaudi*. Portugal, Imprensa Nacional e Casa da Moeda: 1984.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo, Editora Nova Fronteira: 1990.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Annales, Nov-Dez. N° 6: 1989.

COTT, Nancy. *A mulher moderna: o estilo americano dos anos vinte*. In: DUBY, Georges & PERROT, Michele. *História das mulheres no ocidente. O século XX*. Porto Alegre, Edições Afrontamento Ltda: 1991.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 2000.

FELIPE, Jane. *Governando Corpos Femininos*. Labrys, N° 4, Ago-Dez: 2003.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis, Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul, EDUNISC: 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo, Cia. Das Letras: 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer*. Labrys, N° 6, Ago-Dez: 2004.

RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. Labrys, N° 3, Jan-Jul: 2003.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SCOTT, Joan W. *O enigma da igualdade*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: 2005.

SCOTT, J. & TILLY, L. A. *Mulheres, trabalho e família na Europa do século XIX*. Apud SOIHET, R. *História das mulheres*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. (org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus: 1997.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. (org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus: 1997.

SOIHET, Rachel. *Sutileza, Ironia e Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação*. Labrys, N° 4. Ago- Dez: 2006.

SOHN, Anne-Marie. *Entre duas guerras. Os papéis femininos na França e na Inglaterra*. In: DUBY, Georges & PERROT, Michele. *História das mulheres no ocidente. O século XX*. Porto Alegre, Edições Afrontamento Ltda: 1991.

SWAIN, Tânia Navarro. *Intertextualidade: perspectivas feministas e foucaultianas*. Labrys, N° 5 Jan.-Jul. de 2004.

_____. *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*. In: *História: Questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR, v. 18, n° 34, jan/jun. 2001.

_____. *Lesbianismos, cartografia de uma interrogação*. In: *Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande, Editora da FURG: 2007.

THÉBAUD, François. *A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual*. In: DUBY, Georges & PERROT, Michele. *História das mulheres no ocidente. O século XX*. Porto Alegre, Edições Afrontamento Ltda: 1991.

Periódico:

“O Tempo”. Rio Grande, 1920-1927.